

SEDE
Av.º 24 julho, 132
1350 346 LISBOA
Tel: 213 920 350 - Fax: 213 968 202
sede@sep.pt

CDI
Av. 24 de Julho, 132, 1.º
pedidos.cdi@sep.pt



SEP

SINDICATO DOS ENFERMEIROS PORTUGUESES

www.sep.org.pt

Ex.mo Senhor
Secretário de Estado Adjunto e da Saúde
Av.ª João Crisóstomo, 9
1049-062 LISBOA

Assunto: **Contratação de Enfermeiros**

- **Conversão de Contratos a Termo em Contratos por Tempo Indeterminado nas Instituições EPE**
- **Celebração de Contratos por Tempo Indeterminado nas Instituições do Sector Público Administrativo (SPA)**

Face à carência estrutural de enfermeiros para a prossecução de funções próprias dos serviços de natureza permanente e na consideração das dificuldades de contratação, sobre o assunto supracitado e no desenvolvimento da reunião conjunta realizada no dia 11 de Dezembro:

1 – Novo processo de conversão de Contratos a Termo em Contratos por Tempo Indeterminado nas Instituições EPE

O actual processo de conversão, ao abrigo do Dec. Lei n.º 89/2020 de 16 de Outubro, de Contratos a Termo em Contratos por Tempo Indeterminado enquadrará, apenas, cerca de 595 enfermeiros. Inadmissivelmente, mais de 2 000 enfermeiros permanecerão com Contratos a Termo.

Neste quadro e na consideração do actual contexto, **somos a reafirmar:**

- **A imperiosa necessidade, com carácter urgente, de concretização de um novo processo de conversão de Contratos a Termo em Contratos por Tempo Indeterminado;**
- **Que este novo processo de conversão integre os enfermeiros com Contrato a Termo, estabelecido com fundamento na substituição de enfermeiro temporariamente ausente, e, que, intoleravelmente não foram enquadrados no actual processo de conversão em curso.**

2 - Celebração de Contratos por Tempo Indeterminado nas Instituições do Sector Público Administrativo (SPA)

Considerando:

- a enorme carência de enfermeiros face à crescente necessidade de cuidados de enfermagem a desenvolver pelas Instituições do SPA, designadamente ao nível das Administrações Regionais de Saúde (ARS);
- a actual dificuldade de contratação;
- a morosidade dos procedimentos concursais de admissão;
- que, em finais de Julho de 2021, milhares de estudantes terminarão o seu curso superior de enfermagem;

Somos a propor:

- **Que os avisos de abertura dos procedimentos concursais** destas instituições, ao abrigo do Dec. Lei n.º 89/2020 de 16 de Outubro, **sejam publicitados na primeira quinzena de Janeiro, após a publicação da Lei relativa ao Orçamento do Estado para 2021;**
- **Que os 1 365 postos de trabalho a serem ocupados por enfermeiros com Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado em 2021**, constantes do Orçamento do Estado para 2021, **sejam integralmente distribuídos pelas Instituições do SPA, nomeadamente pelas ARS.**

O Sindicato dos Enfermeiros Portugueses exige ainda, e propõe:

1 – Que a admissão de novos enfermeiros se faça com Contrato de Trabalho por Tempo Indeterminado;

2 – Que o Governo crie as necessárias condições para que as dezenas de enfermeiros com “vínculo precário” a exercer funções nos Estabelecimentos Prisionais e no Hospital das Forças Armadas (respectivamente do Ministério da Justiça e da Defesa) constituam Contratos de Trabalho por Tempo Indeterminado;

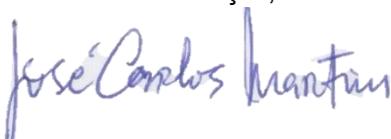
3 – Que o Governo crie condições legais para que os enfermeiros detentores de um (designado) Contrato Individual de Trabalho com uma instituição EPE e a exercer funções, em regime de mobilidade, numa instituição do SPA, consolidem em posto de trabalho do mapa de pessoal da instituição onde actualmente prosseguem funções;

4 – Que seja calendarizada a negociação de legislação própria e específica para o sector da saúde relativamente ao “Recrutamento e Selecção” de profissionais de saúde.

Com os melhores e mais respeitosos cumprimentos, subscrevemo-nos atenciosamente.

Lisboa, 17 de Dezembro de 2020

Pe'l'A Direcção;



(José Carlos Martins, Presidente)